



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 149

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

|                                    |                       |
|------------------------------------|-----------------------|
| Líder do Governo .....             | Dobrandino da Silva   |
| Líder da Oposição .....            | Valdir Rossoni        |
| PTB .....                          | Carlos Simões         |
| PFL .....                          | Plauto Miró Guimarães |
| PSDB .....                         | Ademar Traiano        |
| PMDB .....                         | Antonio Anibelli      |
| PP .....                           | Cida Borghetti        |
| PT .....                           | Tadeu Veneri          |
| PDT .....                          | Barbosa Neto          |
| PPS .....                          | Waldir Leite          |
| Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR ..... | Jocelito Canto        |
| Bloco Parlamentar PP/PSB .....     | Cida Borghetti        |

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 149****SUMÁRIO**

|                                    |           |
|------------------------------------|-----------|
| <b>Mesa Executiva .....</b>        | <b>02</b> |
| <b>Presenças .....</b>             | <b>02</b> |
| <b>Abertura da Sessão .....</b>    | <b>02</b> |
| <b>Expediente:</b>                 |           |
| Requerimentos .....                | 02        |
| <b>Ordem do Dia:</b>               |           |
| Discussão / Votação:               |           |
| Redação Final.....                 | 06        |
| 2ª Discussão .....                 | 11        |
| 1ª Discussão .....                 | 19        |
| Requerimentos .....                | 26        |
| <b>Encerramento da Sessão.....</b> | <b>26</b> |

**014ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 014ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE DEZEMBRO DE 2005**

*(quarta-feira)*

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Padre Paulo Campos.

**Presenças:**

Às dezessete horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Cor-

reia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Augustinho Zucchi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme artigo 88, parágrafo 1º do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 4142

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 4143

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 343/2005, Mensagem nº 025/2005, item 19 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 4154-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Emenda Substitutiva da CCJ ao Projeto de Lei nº 703/2005, item 10.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RENI PEREIRA

## REQUERIMENTO Nº 4144

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Carlos Molinari, ocorrido nesta data, nesta Capital.

Requer, ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua mãe, a Sra. Izolde Molinari Toninelo, enviando correspondência à Rua Professor Nivaldo Braga, 1460 - Capão da Imbuia, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

Entre tantos encontros e desencontros, o derradeiro encontro, aquele que é certo, porém o mais evitado, um dia vem. Realmente quando isto acontece marca de forma profunda em nosso coração.

A despedida de um ente querido é doída. A separação da pessoa que amamos entristece a nossa alma, fazendo com que as lágrimas desçam pelo rosto, numa prova de que, por mais que estivéssemos esperando a notícia, percebemos que ainda não estávamos preparados para o último adeus.

Na verdade, perdemos um homem que dedicou boa parte da sua vida ao Parlamento paranaense, um homem que, como poucos, soube honrar e dignificar o seu trabalho e, mais ainda, cativar as pessoas que com que ele conviveram.

Molinari era um homem honrado, uma pessoa que sabia fazer amigos, que tinha uma palavra pronta para quem o procurasse, um homem que aprendi a admirar.

Neste momento de dor, resta-nos o conforto que vem da nossa fé cristã que nos assegura que a separação foi apenas momentânea. O reencontro um dia vai acontecer.

Deus, que já acolheu Molinari na morada eterna, dentro do Seu Infinito Amor, console a todos que estão sofrendo com esta partida.

Aceite as nossas sinceras condolências.

## REQUERIMENTO Nº 4137

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa, seja inserido nos Anais da presente Sessão, voto de congratulações ao Jockey Club do Paraná, na pessoa de seu presidente Newton Sérgio Ribeiro Grein, pelos 50 anos do Hipódromo do Tarumã, comemorados durante o Grande Prêmio Paraná deste ano, paralelamente à memória do centenário do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, criador daquele espaço esportivo.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

## JUSTIFICATIVA:

Indizíveis os benefícios culturais e turísticos do Hipódromo do Tarumã e do Jockey Club do Paraná, à nossa amada cidade de Curitiba, e ao nosso Estado do Paraná. Por cinquenta anos consecutivos, o sagrado nome do Paraná tem sido lembrado em elegantes grandes prêmios, com divulgação nacional e internacional.

Seja este voto encaminhado ao presidente Dr. Newton Sérgio Ribeiro Grein, no Jockey Club do Paraná, à Rua Victor Ferreira do Amaral, 2299, Tarumã, CEP: 82810-000 - Curitiba-PR.

Dado no Palácio 19 de Dezembro, aos quatorze dias do mês de dezembro de 2005, nos 152 anos da criação deste Parlamento.

## REQUERIMENTO Nº 4138

Senhor Presidente:

Rafael Greca e Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa, seja inserido nos Anais da presente Sessão, voto de congratulações à Associação Cultural Solar do Rosário de Curitiba e às empresas Brafer, Blount, Trützschler, Incepa, Companhia Providência, Roca, WHB, pela publicação da obra "Pintores Contemporâneos do Paraná", em seu quinto volume.

Seja este voto extensivo aos editores Regina de Barros Correia Casillo - recém-nominada por este Plenário, "Cidadã Benemerita do Paraná" - Lúcia Casillo, jornalista e livreira e João Casillo, do Conselho Deliberativo da AECIC - Associação de Empresas da Cidade Industrial de Curitiba, bem como aos importantes artistas locais Dani Henning, Juliane Fuganti, Iron Bosko, Malu Brandão, Mari Ines Piekas, Paulo Gambús, Sady, Sofia Diminski, Toni Razera e Rones Dumke.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

## JUSTIFICATIVA:

O quinto volume da beva coleção, que constitui um panorama da pintura paranaense contemporânea, imprescindível para documentar a nossa produção iconográfica, substitui lacuna da editoração pública. Afinal, a beleza deve permanecer. E só a arte perpetua as mentalidades de cada geração. A iniciativa privada, através da Lei de Incentivo à Cultura do Brasil, com o elevado apoio do Solar do Rosário, materializa a importante edição.

Seja este voto encaminhado ao Solar do Rosário - Dra. Regina de Barros Correia Casillo - Rua Duque de Caxias, 04 - Centro Histórico de Curitiba - CEP: 80.510-200. E-mail: [info@solardorosario.com.br](mailto:info@solardorosario.com.br).

Dado no palácio 19 de Dezembro, aos quatorze dias do mês de dezembro de 2005, nos 152 anos da criação deste Parlamento.

#### REQUERIMENTO Nº 4139

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa, seja inserido nos Anais da presente Sessão, voto de congratulações à nova diretora do venerável Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, na pessoa do seu Presidente Lauro Grein Filho, pela sua posse e admissão de novos associados.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, fundado nos idos de 1900, é, talvez, o mais venerável sodalício da cultura paranaense. Parceiro desta Assembléia na edição da apreciada coleção de livros “Páginas Escolhidas”, na ocasião do sesquicentenário da nossa Casa e da criação política do Paraná, o ilustre Instituto é dirigido por pessoas impregnadas de amor à nossa terra e à nossa gente.

Seja esta manifestação encaminhada ao Dr. Lauro Grein Filho, na sede do Instituto, à Rua José Loureiro, 43, CEP: 80.010-000 - Curitiba-PR.

Dado no Palácio 19 de Dezembro, aos quatorze dias do mês de dezembro de 2005, nos 152 anos da criação deste Parlamento.

#### REQUERIMENTO Nº 4140

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa, seja inserido nos Anais da presente Sessão, voto de congratulações à compositora Maria da Glória Lacerda Tatit, à cantora Ana Paula Cascardo, ao pianista Fábio Cardoso e a Oriovisto Guimarães, da UnicenP, pelo feito cultural de edição do importante CD “Homenagem da MPB ao Paraná”, a ser lançado hoje, no Original Café.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Este disco “Homenagem da MPB ao Paraná”, será lembrado, no futuro, como importante registro das mentalidades do nosso tempo.

Seja o voto encaminhado à Sra. Maria da Glória Tatit, à Rua Comendador Araújo, 100, apto. 11; CEP: 80.420-000 - Curitiba-PR, ao Sr. Oriovisto Guimarães, à Rua Cândido Hartmann, 1400, Bigorriho; CEP: 80710-570-Curitiba-PR.

Dado no Palácio 19 de Dezembro, aos quatorze dias do mês de dezembro de 2005, nos 152 anos da criação deste Parlamento.

#### REQUERIMENTO Nº 4146

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade - e como tal encaminhado ao Dr. Marcos Caron, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 4147

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade - e como tal encaminhado ao Dr. Manoel Antônio da Silva, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 4148

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade - e como tal encaminhado ao Dr. Francisco Simeão, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 4149

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade - e como tal encaminhado ao Dr. Newton Bonin, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 4150

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade - e como tal encaminhado ao Dr. Hermes Schultz, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 4151

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade - e como tal encaminhado ao Dr. Jorge Dib Abage, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 4152

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade - e como tal encaminhado ao Dr. Amarildo Espolador, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 4153

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade - e como tal encaminhado ao Dr. Dante Luiz Franceschi, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 4154

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja aprovado voto de louvor e

reconhecimento por serviços prestados à comunidade - e como tal encaminhado ao Dr. Horaci Santos Filho, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 4145

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua, alertando e solicitando providências urgentes e enérgicas, quanto as exigências tributárias adotadas pelo Estado do Rio Grande do Sul, por ocasião do ingresso de mercadorias naquele Estado, oriundas de outras unidades federadas, quando então se exige o diferencial de alíquota ou, ainda, toda carga tributária (17%) quando o remetente for microempresa, excetuando apenas a hipótese em que o remetente esteja credenciado na Receita Estadual e transmita previamente à saída das mercadorias, os dados das Notas Fiscais, em aplicativo específico.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(aa) RENI PEREIRA  
CIDA BORGHETTI

Apoiamento:

Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

O governo gaúcho adota a cobrança de imposto antes da ocorrência do fato gerador (na entrada do Estado), cobra diferencial de alíquota via Decreto e discrimina via tributos a origem das mercadorias, em total desacordo com o ordenamento jurídico nacional. A indústria de confecção do Paraná está sendo tremendamente prejudicada e urge a adoção de medidas reparatórias.

### *Ordem do Dia:*

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 53 Srs. Deputados.

### *Discussão/Votação*

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**Redação Final****ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 591/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, autorizando o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, pertencente ao Estado do Paraná, DER, ao Município de Mandaguari, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 591/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação à Prefeitura Municipal de Mandaguari, de imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná - DER (Departamento de Estradas e Rodagem), com área total de 28.325m<sup>2</sup>, registrado no cartório de imóveis da Comarca de Mandaguari, matrícula nº 12.728, às folhas 65, do Livro nº 03-L.

Art. 2º Esta área será destinada exclusivamente à criação de um Parque Municipal Ecológico, chamado Parque da Pedreira.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.12.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 605/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/2005, estimando a receita e fixando despesas para o exercício financeiro de 2006. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 605/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :****Seção I**

Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2006, compreendendo:

I - os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

**Seção II**

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 18.510.469.810,00 (dezoito bilhões, quinhentos e dez milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e dez reais) e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, no valor de R\$ 1.297.301.570,00 (um bilhão, duzentos e noventa e sete milhões, trezentos e um mil, quinhentos e setenta reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 17.213.168.240,00 (dezessete bilhões, duzentos e treze milhões, cento e sessenta e oito mil, duzentos e quarenta reais).

Parágrafo Único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 38 da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento::

Em R\$ 1,00

|  |     |                |
|--|-----|----------------|
| 1. Receitas de Recolhimento Centralizado Brutas  | R\$ | 15.598.168.060 |
| 1.1. Receitas Correntes  | R\$ | 14.180.420.690 |
| 1.2. Receitas de Capital   | R\$ | 1.417.747.370  |
| 2. Receitas de Recolhimento Centralizado Líquidas  | R\$ | 14.300.866.490 |
| 2.1. Receita Correntes - Bruta   | R\$ | 14.180.420.690 |
| 2.2. Deduções para o Fundef (-)  | R\$ | 1.297.301.570  |
| 2.3. Receitas Correntes - Líquidas para a fixação da Despesa   | R\$ | 12.883.119.120 |
| 2.4. Receitas de Capital   | R\$ | 1.417.747.370  |
| 3. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes (exclusive transferências do Tesouro Estadual) | R\$ | 1.826.180.100  |
| 3.1. Receitas Correntes  | R\$ | 1.692.607.130  |
| 3.2. Receitas de Capital   | R\$ | 133.572.980    |

Em R\$ 1,00

|  |     |                |
|--|-----|----------------|
| 4. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimento (exclusive transferências do Tesouro Estadual) | R\$ | 1.086.121.640  |
| 4.1. Receitas Correntes  | R\$ | 807.609.640    |
| 4.2. Receitas de Capital   | R\$ | 278.512.000    |
| 5. Total da Receita Líquida para Fixação da Despesa  | R\$ | 17.213.168.240 |
| 5.1. Receitas Correntes - Bruta  | R\$ | 16.680.637.460 |
| 5.2. Deduções para o Fundef (-)  | R\$ | 1.297.301.570  |
| 5.3. Receitas Correntes Líquidas para Fixação da Despesa   | R\$ | 15.383.335.890 |
| 5.4. Receitas de Capital   | R\$ | 1.829.832.350  |

Art. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, objeto da Lei Complementar nº 115/2002.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

### Seção III

#### Dos Orçamentos

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 16.127.046.600,00 (dezesseis bilhões, cento e vinte e sete milhões, quarenta e seis mil e seiscentos reais) e fixam a Despesa em igual valor, vedada a utilização destes recursos para o pagamento de despesas relativas à contratação de serviços de publicidade, de qualquer espécie, devendo as despesas referidas, quando for o caso, ser objeto de lei específica.

§ 1º Ficam excetuadas da vedação prevista no *caput* as despesas com publicação de atos oficiais cuja divulgação é obrigatória, e os gastos realizados pela Secretaria de Estado de Comunicação com a divulgação e propaganda até o limite das respectivas dotações.

§ 2º O Poder Executivo deverá excluir do Orçamento e dos seus Anexos as despesas com publicidade já programadas e proceder aos ajustes necessários ao cumprimento do disposto no *caput*.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferência do Estado, está estimado em R\$ 1.188.500.440,00 (um bilhão, cento e oitenta e oito

milhões, quinhentos mil, quatrocentos e quarenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei, vedada a utilização destes recursos para o pagamento de despesas relativas à contratação de serviços de publicidade de qualquer espécie, devendo as despesas referidas, quando for o caso, ser objeto de lei específica.

§ 1º Ficam excetuadas da vedação prevista no *caput* as despesas com publicação de atos oficiais cuja divulgação é obrigatória.

§ 2º O Poder Executivo deverá excluir do Orçamento e dos seus Anexos as despesas com publicidade já programadas e proceder aos ajustes necessários ao cumprimento do disposto no *caput*.

Art. 6º Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam no Anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 - Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 - Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta lei, na dotação 2501.99999999.900 - Reserva de Contingência, no montante de R\$ 6.800.200,00 (seis milhões, oitocentos mil e duzentos reais).

Art. 9º O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculação de que trata o artigo 57, da Lei Estadual nº 14.783 de 14 de julho de 2005 - Lei de Diretrizes Orçamentárias/2005, está apresentado no Anexo VI desta lei.

## Seção IV

### Das Correções dos Orçamentos

Art. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30 de julho de 2005, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2005.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, até 20 dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimentos da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as Transferências Federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, à correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as Transferências Federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

## Seção V

### Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos adicionais para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios e com Sentenças Judiciais, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964;

II - Abrir créditos adicionais até o limite de 2% (dois por cento), por Projeto/Atividade das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e

do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em Programas aprovados por esta lei, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964;

III - Abrir créditos adicionais, nos termos dos incisos, I, II, III e IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, de acordo com o disposto no artigo 36 da Lei Estadual nº 14.783 de 14 de julho de 2005, que aprovou as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006.

IV - Abrir créditos adicionais até o limite de 10% (dez por cento), por Projeto/Atividade, utilizando como recursos às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, de acordo com o disposto no artigo 36, da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005 - Lei de Diretrizes Orçamentárias/2006;

V - Proceder até o limite de 10% (dez por cento) por Projeto/Atividade, a compensação, conversão ou criação de grupos de fontes, de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo;

VI - Alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei;

VII - Alterar o Programa de Obras, orçado nesta lei por Unidades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Projeto/Atividade, custeados com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo.

Art. 14. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações em decorrência das alterações procedidas com base nas autorizações contidas no artigo 13 desta lei.

Art. 15. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta lei.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco



(SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

## **Seção VI**

### **Das Centralizações de Recursos**

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1.987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

## **Seção VII**

### **Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário**

Art. 19. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, sendo vedada à aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

## **Seção VIII**

### **Das Disposições Gerais**

Art. 20. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta lei.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais necessários a proceder a transferência para o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, dos recursos provenientes do Superávit Financeiro do

Serviço de Loteria do Estado do Paraná - Serlopar, apurado no Balanço Patrimonial de 2005, de acordo com o contido no artigo 34 da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005.

Parágrafo Único. Dos recursos a que se refere o *caput* deste artigo, a serem transferidos ao Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) serão destinados, prioritariamente, para reforço na dotação 5330.08244162.302 (Atenção a Pessoa em Situação de Risco Pessoal e Social), visando a implantação de “Centros de Cuidados de Idosos nos municípios do Paraná”.

Art. 23. O saldo financeiro verificado em 31.12.2005, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31.01.2006, conforme disposto no artigo 33 da Lei nº 14.783 de 14 de julho de 2005.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, destinados à construção, recuperação e melhoria das estradas Estaduais ou estradas Federais concessionadas, conforme descrição constante no Anexo VII, desta lei, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais necessários à implementação deste artigo.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2005, de acordo com o contido no artigo 34 da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005, ou de arrecadação do Detran, efetivada durante o exercício de 2006.

§ 2º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, de que trata o *caput* deste artigo, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

§ 3º No anexo a que se refere o *caput* deste artigo no detalhamento da despesa da Região de Gestão e Planejamento - RGP VI - Cascavel - Projeto/Atividade 1180 - Construção e Restauração de Rodovias “Implantar rodovia municipal, trecho: Rio Chopin - Cel Domingos Soares (acesso a Cel. Domingos Soares) onde constou a quantidade ‘2,93 Km’ corrija-se para ‘17 (dezessete) Km’”.

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais necessários a proceder a transferência para o Instituto de Ação Social - IASP, dos recursos provenientes do Superávit Financeiro da Junta Comercial do Paraná - Jucepar, apurado no Balanço

Patrimonial de 2.005, destinados à manutenção e ao equipamento das Unidades Sociais Oficiais, de acordo com o contido no artigo 34 da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005.

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado, antes da abertura da execução do Orçamento de 2006, a proceder à descentralização do Programa Escola de Governo e, conseqüentemente, a abrir nos Orçamentos da Universidade Estadual de Londrina, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, dotações específicas, com seus respectivos programas de trabalho, destinadas a implementação de capacitação de agentes profissionais do Poder Executivo, através de cursos de pós-graduação. Os recursos orçamentários, no valor individual de R\$ 137.990,00, totalizando R\$ 551.960,00 são provenientes da atividade orçamentária 2.044 - Escola de Governo - SEAP, Natureza de Despesa 33903900 - fonte 100.

Art. 27. Altera no programa de trabalho do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran, regionalização das metas, do projeto 1.218 - Mutirão pela Vida e da atividade 2.129 - Gerenciamento da Estrutura Administrativa do Detran, a saber:

Onde se lê: Carlópolis

Leia-se: Estado.

Art. 28. Altera no Anexo V, o Programa de Obras da Atividade 2.273 - Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, retirando do Município de Fernandes Pinheiro, a Obra 007 - Construir Biblioteca, que passa a incorporar a Programação do Município de Ibema. Em decorrência da alteração no Programa de Obras, ficam procedidas as devidas alterações no Programa de Trabalho da referida atividade, no Anexo III.

Art. 29. Adicionar ao Programa de Trabalho da Assembléia Legislativa do Paraná, utilizando como recurso o remanejamento da Dotação: 0101.01031272.000 - Processo Legislativo, as seguintes metas:

“Implantar o quadro dos servidores (Projeto) Quant: 01”;

“Promover ações de Assistência Médica e Previdenciária aos Agentes Políticos e Servidores - (Projeto) Quant: 02”;

“Prover cargos efetivos mediante realização de Concurso Público (Concurso) Quant: 01”.

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar na Estrutura Programática da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) visando à implementação do Fundo Estadual Antidrogas em cumprimento à Lei nº 14.264/2003, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.993/2004, utilizando como recurso parte da dotação

1101.16482171.187 - Integralização de Capital da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar - Natureza de Despesa 44906500 - fonte 100.

Art. 31. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para implantar a Coordenação da Região Metropolitana de Londrina, utilizando como recurso a dotação 8130.15453061.347 - Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba - PIT, Natureza de Despesa - 44905100 - Fonte 112.

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para implantar a Coordenação da Região Metropolitana de Maringá, utilizando como recurso a dotação 8130.15453061.347 - 347 - Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba - PIT, Natureza de Despesa - 44905100 - Fonte 112.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para o programa de distribuição de calcário na dotação 6502.20601102.332 - Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, utilizando como recurso o remanejamento interno do grupo de fonte 01 do projeto/atividade sem alterar-lhe o valor da previsão inicial.

Art. 34. Fica o Poder Executivo autorizado a inserir na dotação 1184.16481171.865 - Casa da Família - Habitação Rural, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para realizar em parceria com o Governo Federal a Construção de 5.000 (cinco mil) habitações rurais, utilizando como recursos a dotação 1101.16482171.187 - Integralização de Capital na Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, na Natureza de Despesa 44906500 - Fonte 100.

Art. 35. Fica o Poder Executivo autorizado a incrementar na dotação 4103.12366012.140 (Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos) o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) no Programa de Desenvolvimento do Ensino Profissional da Secretaria de Educação, visando ampliar o número de convênios firmados entre a SEED e a Arcafar-Sul - Casas Familiares Rurais, utilizando como recurso a dotação 4102.12122012.134 (Gerenciamento da Estrutura Administrativa da SEED), Natureza de Despesa 33903900 - Fonte 100.

Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2006, na estrutura da Administração Geral do Estado - Recursos sobre a Supervisão da SEPL - Programações Especiais Regionais e Multisetoriais, o valor

de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) para elaboração de Projetos Viários e Ambientais de Integração dos Municípios de Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana - Projeto Arco Norte, utilizando como recurso a dotação 2501.99999999.900 (Reserva de Contingência), Natureza de Despesa 33999900 - Fonte 100.

Art. 37. Os servidores do Estado do Paraná, ativos, aposentados e pensionistas, em cumprimento ao disposto no artigo 37, inciso X da Constituição Federal, por ocasião da data base estabelecida pelas Leis 13.666/2002 e 9.547/1991, terão seus vencimentos, proventos e demais vantagens reajustados, no mínimo em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulados nos últimos doze (12) meses que antecedem à data base dos servidores públicos estaduais.

Art. 38. As receitas provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior, verificadas no Orçamento Fiscal, conforme disposto pelo Inciso I, artigo 43 da Lei Federal nº 4320/1964, serão destinadas em percentual mínimo de sessenta por cento (60%) para abertura de créditos adicionais destinados ao financiamento de ações e projetos na área da educação e da saúde pública estadual.

Art. 39. As receitas provenientes do excesso de arrecadação, verificadas no Orçamento Fiscal, conforme disposto pelo inciso II, artigo 43 da Lei Federal 4.320/1964, serão destinados em percentual mínimo de setenta por cento (70%) para abertura de créditos adicionais destinados ao pagamento de despesas com pessoal do Quadro Geral do Estado do Paraná, ativos, inativos e pensionistas, decorrentes de reposição do poder aquisitivo dos vencimentos e vantagens, por ocasião da data base dos servidores públicos estaduais.

Art. 40. O Poder Executivo garantirá o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 92/2002, notadamente, seus artigos 74 e 79, implementando as ações de promoção de Pessoal (Ativo e Inativo) pertencente ao Quadro da Coordenadoria da Receita do Estado - CRE/SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 41. Passam a integrar a presente lei os Anexos: VIII - Emendas à Despesa, IX - EMendas ao Conteúdo Programático e X - Demonstrativo de Cancelamentos. O Poder Executivo procederá às alterações deles decorrentes no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.

Art. 42. Para atendimento as proposições de prerrogativa do Poder Legislativo e, as modificações apresentadas pelo Poder Executivo, por correção da Proposta da presente Lei, fica instituído o Anexo X que registra os cancelamentos procedidos, nas dotações nele consigna-

das, revertidos à dotação 2501.99999999.900 - Reserva de Contingência, Natureza de Despesa 33999900 - A CLASSIFICAR, grupos de Fontes 01, totalizando R\$ 276.441.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e hum mil reais), os quais servem de recursos para suplementar o Anexo VIII - Emendas a Despesa.

Art. 43. Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2006, revogadas as disposições em contrário. **A Diretoria Legislativa.**

Sala das Comissões, em 14.12.2005.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 647/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, denominando Olívio Zanella o trecho de estrada PR-180/473, ligando Francisco Beltrão - Dois Vizinhos - Cruzeiro do Iguaçu. **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 6647/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Olívio Zanella o trecho de estrada PR-180/473, ligando Francisco Beltrão - Dois Vizinhos - Cruzeiro do Iguaçu.

Art. 2º Especificamente, o trecho de estrada mencionado no artigo anterior é o seguinte: rodovia PR-180, trecho Francisco Beltrão - entrada PR-180/PR-281/PR-473 e Rodovia PR-473, trecho entrada PR-180/PR-281 - Cruzeiro do Iguaçu.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O item 4º foi retirado na Sessão anterior, por 10 Sessões. Automaticamente, não está em votação.

### 2ª Discussão

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, denominando o fechamento de estabelecimento e instituições que facilitem ou promovam a exploração sexual comercial e o aliciamento de crianças e adolescentes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM e SP. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 347/2005. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, estabelecendo a exigência de utilização de pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços públicos comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos do Estado, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de nº 01, de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI DE LEI Nº 464/2005

Art. 1º Ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 464/2005/2005, serão acrescentados os seguintes parágrafos:

§ 1º *Os órgãos, entes e instituições que visem formar contrato de gestão, termos de parceria ou qualquer outro instrumento pelo qual venha a ser transferido, voluntariamente, pela Administração Pública Estadual, recursos públicos deverão efetivar o Laudo de Capacidade Técnica, nos termos fixados por ato do Chefe do Poder Executivo para cada ramo de atuação.*

§ 2º *O Laudo referido no parágrafo anterior deverá ser emitido pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar, na sua área de atuação. A emissão será feita com a periodicidade determinada por ato do Chefe do Poder Executivo.*

§ 3º *Quando foi pertinente para a contratação, o Instituto Ambiental do Paraná - IAP emitirá laudo técnico nos mesmos termos do parágrafo anterior, sempre que o órgão, ente ou instituição, que vise receber recursos públicos de qualquer maneira apresentar risco para o meio ambiente.*

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Elio Rusch, Tadeu Veneri, Mil-tinho Pupio e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Aditiva visa assegurar o objetivo principal da legislação relacionada a licitações, qual seja: a melhor compra para a Administração com o menor custo.

Com a criação da exigência de emissão de um Laudo Técnico relacionado ao ramo de atuação das empresas que visam contratar com a Administração, estaremos, de certa forma, criando mais uma garantia de que os produtos e serviços prestados serão de qualidade.

Não raro é a situação de que a empresa vencedora de algumas concorrências, ou qualquer outra modalidade licitatória, não presta os serviços ou produtos com a

melhor qualidade, violando, via de consequência, o objetivo principal da licitação.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 493/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/2005, criando o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, 23 (vinte e três) cargos de provimento em comissão de diretor de unidade sócio-educativa, símbolo DAS-5. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Em discussão.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Para declaração de voto, Sr. Presidente.

A Bancada do PPS vota contrário ao projeto, porque nós entendemos que deveria ser concurso de 23 cargos em comissão e não criação de cargos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto contrário da Bancada do PPS.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, da mesma forma o voto contrário do Deputado Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto contrário de V. Exa.

Em votação. **Aprovado, artigo por artigo**, com os votos contrários da Bancada do PPS e do Deputado Valdir Rossoni.

## ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 668/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/2005, objetivando a criação do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, prevista no artigo 57 e parágrafo da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e no Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com aplicação no âmbito do território do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 696/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, dispondo sobre a inclusão no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o Santuário Morro da Salete. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 703/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/2005, objetivando isentar do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as operações internas que destinem produtos da cesta básica de alimentos a consumidores finais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01  
AO PROJETO DE LEI DE LEI Nº 703/2005

De acordo com o que determina o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, passará o Projeto de Lei nº 703/2005, a contar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as operações internas que destinem produtos da cesta básica de alimentos a consumidores finais:

I - açúcar e outros adoçantes artificiais ou naturais; arroz em estado natural; amido de milho; aveia em flocos;

II - café torrado em grão ou moído; carnes e miúdos comestíveis, frescos, resfriados ou congelados, resultantes do abate de aves, coelhos e gados bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino; chá em folhas;

III - erva-mate;

IV - farinha de aveia e de trigo; farinha de mandioca e de milho, inclusive pré-gelatinizada;

V - feijão em estado natural, frutas frescas, fubá, inclusive pré-cozido;

VI - leite, exceto os concentrados e adicionados de açúcares e edulcorantes, e leite em pó e linguiças.

VII - macarrão e outras massas alimentícias não cozidas, não recheadas ou não preparadas de outro modo, que constituam massa alimentar seca, classificada na posição 1902.1 da NBM/SH (sistema adotado até 31/12/96); manteiga; margarina e creme vegetal; mel; mortadelas;

VIII - óleo refinados de soja, de milho, de canola e de girassol; ovos de galinha;

IX - pão francês ou de sal, obtido pela cocção de massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água e sal, que não contenham ingrediente que venha a modificar o seu tipo, característica ou classificação e que sejam produzidos com o peso de até mil gramas; peixes frescos, resfriados ou congelados; produtos hortifrutigrangeiros, inclusive alho em estado natural; produtos vegetais em embalagem longa vida, com ou sem

carne, desde que dispensados de refrigeração, descascados, esterilizados e cozidos a vapor;

X - queijo minas, mussarela e prato;

XI - sal de cozinha; sardinha em lata; salsichas, exceto em lata;

XII - vinagre;

§ 1º Como forma de estímulo ou de proteção para a produção rural e industrial do Estado, poderão ser concedidos, pelo Poder Executivo, outros benefícios, em qualquer das etapas da cadeia de produção e de comercialização, de forma temporária ou permanente, para os alimentos da cesta básica.

§ 2º O Poder Executivo poderá, dentro do critério referido no parágrafo anterior, ampliar a lista alimentos de que trata este artigo, enviando projeto de lei à Assembleia Legislativa no prazo de noventa dias.

Art. 2º Os produtos paranaenses primários e dele derivados, tais como trigo, milho, feijão, mandioca e outros, poderão, a critério do Poder Executivo, ter reduzida a alíquota do ICMS, de modo permanente ou temporário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/01/2006.

Sala das Comissões, em 14.12.2005.

(aa) RENATO GAÚCHO, RENI PEREIRA, DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, DELEGADO BRADOCK e PASTOR EDSON PRACZYK

Em votação inicialmente a emenda da CCJ.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Consulto V. Exa. qual será o encaminhamento, porque a Comissão de Constituição e Justiça apresentou na tarde de ontem, foi aprovada, uma Emenda Substitutiva Geral.

Posteriormente, na Sessão de hoje, o relator, Deputado Reni Pereira, apresentou uma nova Emenda Substitutiva Geral, porque apreciada pela CCJ, existem algumas necessidades de modificação.

Consulto V. Exa. se vai submeter a voto as duas ou o Deputado Reni, retirando a Emenda aprovada na CCJ, submeterá a voto somente a Emenda de Plenário?

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Eu coloco o requerimento de V. Exa., transformado em requerimento a solicitação de retirada da Emenda da CCJ. Deputado Reni Pereira, o relator, se ele concorda?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Não só concordo como subscrevo o requerimento do Presidente da CCJ tendo em vista que realmente não podemos isentar produtos em alíquotas interestaduais, porque ocorreria um problema com os contribuintes paranaenses, que cobrariam diferenças.

Então, a isenção que o Governo quer dar na cesta básica nesta emenda que pretendemos colocar em Plenário vale só nas operações internas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço a V. Exa. que transforme seu requerimento verbal em escrito.

Em votação o Requerimento nº 4154-A, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando a retirada da Emenda Substitutiva da CCJ ao Projeto de Lei nº 703/2005. **Aprovado.**

Em votação o requerimento do Deputado Dobrandino, transformando em Comissão Geral a votação da Mensagem nº 062/2005, Projeto de Lei nº 703/2005.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É o item 10, referente aos produtos da cesta básica.

Há um Substitutivo Geral, projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, devidamente apoiado.

Designo o Deputado Durval Amaral para relatar.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Trata-se de emenda substitutiva geral apresentada no plenário pelo Deputado Reni Pereira.

Sobre o aspecto constitucional, regimental e legal não há óbice que este Plenário aprecie a matéria.

Portanto, o meu parecer com relação à constitucionalidade é favorável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer. **Aprovado.** Em votação o projeto. **Aprovado.**

### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 710/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, autorizando o Poder Executivo a denominar Paulo Caetano o viaduto saída para Aquidaban, município de Marialva. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 711/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, autorizando o Poder Executivo a denominar Demétrio da Silva Braga o viaduto saída para Maringá, município de Marialva. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 765/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 066/2005, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a permuta do imóvel composto pelos Lotes, 02, 06 e 07, da Quadra 206, na localidade denominada Patrimônio Realiza, no município de Realeza, conforme especifica COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo**

### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 766/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 067/2005, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão ao município de Santo Antônio do Paraíso, do imóvel constituído pelos lotes urbanos nºs 69 e 70, da Quadra nº 06, com área total de 1.050,00 m2, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo**

### ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 772/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 068/2005, visando incentivar a regularização de créditos tributários relativos ao ICMS que especifica, inscritos ou não na dívida ativa, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ.

Temos aqui um requerimento do Deputado Dobrandino da Silva, devidamente apoiado, recebido na tarde de ontem, pedindo transformação em comissão geral para a Mensagem nº 068/2005, Projeto de Lei nº 772/2005. Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Agora vamos colocar em votação a emenda da CCJ, posteriormente, a Emenda do Deputado Valdir Rossoni, que será designado um relator.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, a pressa é inimiga da perfeição, seria bom ser lida essa Emenda da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu peço ao 1º Secretário a leitura da Emenda Supressiva e Modificativa ao Projeto de Lei nº 772/2005, que foi relatada pelo Deputado Nelson Justus.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Lê Emenda da CCJ relativa ao Projeto de Lei nº 772/2005**)

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) (**Para Encaminhar**)

Naturalmente que o Governo busca, através dessa medida, não premiar os maus pagadores, mas principalmente arrecadar mais. Nós aumentamos o prazo de 31 de dezembro para 28 de fevereiro, por uma proposição do

Deputado Reni Pereira que ajuda, exatamente neste final de ano, os empresários a ter um mês a mais de prazo.

No que diz respeito à cobrança dos honorários advocatícios, como bacharel em direito, acho que esta Casa não poderia jamais usurpar aquilo que diz a lei, criando um embaraço para Ordem dos Advogados e para os nossos Procuradores. Esta Casa tem a boa vontade de poder ajudar sempre a todos aqueles que for possível ganharem mais. Ora, se o Governo já está dando o benefício do Refis, o mérito, o beneplácito do parcelamento, pelo menos os Procuradores que tenham os seus honorários baseados pelo que manda a sentença judicial.

Por isso, encaminho favoravelmente esta Emenda que foi aprovada ontem, por unanimidade, na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão a Emenda. Encerrada a discussão. Em votação. Deputados que aprovam a Emenda da CCJ permaneçam como estão. **Aprovada.**

Emenda do Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada. Designo, para relatá-la o Deputado Durval Amaral.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Gostaríamos que fosse lida a Emenda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Durval fará a leitura também, já que é curta.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

(Lê):

“EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01  
PROJETO DE LEI Nº 772/2005

A presente Emenda ao Projeto de Lei nº 772/2005, oriundo da Mensagem nº 068/2005, do Governo do Estado, objetiva acrescentar novo dispositivo ao seu texto original, para inclusão onde couber, conforme segue:

*Art. .... Aos contribuintes que efetuarem, pontualmente, o pagamento do imposto apurado nos meses de janeiro a novembro deste exercício, poderá ser concedido parcialmente, em até 12 (doze) meses, para o pagamento do ICMS apurado nos meses de dezembro de 2005 e de janeiro de 2006, sem quaisquer acréscimos.*

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO,  
ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES,  
BARBOSA NETO e RENI PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Aos contribuintes que cumprem pontualmente suas obrigações com o fisco estadual, a concessão de anistia e benefícios como os previstos na Mensagem do Governador representa uma desvalorização do seu esforço para o cumprimento dos prazos do ICMS, fazendo-se sentirem como otários, pois se não tivessem efetuados os paga-

mentos na época apropriada, reservando seus recursos para outras aplicações, poderiam fazê-lo agora, sem multa e sem juros.

Por esta razão necessário que a esses contribuintes adimplentes também se conceda um benefício, um estímulo para que prossigam cumprindo com suas obrigações tributárias dentro dos prazos legais, além de facilitar-lhes o pagamento do 13% dos respectivos empregados.

Sob o aspecto constitucional, regimental e legal, Sr. Presidente, nada obsta à sua regular tramitação. Portanto, o parecer é pela constitucionalidade e legalidade da Emenda. Parecer favorável.”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer do Deputado Durval Amaral. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. poderia pedir verificação de votação na votação da emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, gostaria novamente de merecer o apoio da minha Emenda. Todos sabem do meu posicionamento quanto à questão do Refins. Na verdade, estamos premiando os maus pagadores de ICMS.

Por esta razão, nada mais meritório do que aprovarmos esta emenda aditiva de autoria minha e de vários Deputados, que diz o seguinte: *Aos contribuintes que efetuarem pontualmente o pagamento do imposto apurado nos meses de janeiro a novembro deste exercício, poderá ser concedido parcelamento em até doze meses para pagamento do ICM apurado nos meses de dezembro e janeiro.*

O que estou dizendo na minha emenda? Estou dizendo o seguinte: se você é bom pagador, os meses de janeiro e dezembro vão ser parcelados. Já que o Governo está sendo “bonzinho” com os inadimplentes, nada melhor do que aprovarmos esta emenda para mostrarmos aos contribuintes paranaenses, que não estamos aqui apenas para atender a vontade dos inadimplentes. Estamos aqui para premiar os bons pagadores. E no mérito, acredito sinceramente que os Srs. Deputados vão aprovar esta emenda porque nós estaremos, Deputado Neivo Beraldin, dando uma demonstração à população paranaense no momento em que parcelamos as dívidas atrasadas, nós também vamos parcelar o mês de dezembro e o mês de janeiro que é o mês mais difícil do empresário paranaense, brasileiro.

Porque é o mês que ele tem que pagar férias, 13%, ele tem todas as dificuldades do mundo. Seria uma

grande demonstração do Poder Legislativo do Paraná de dizer: “Aprovamos o Refins,” que é o parcelamento daqueles que não pagaram os seus impostos em dia.

Mas, vamos aprovar também o parcelamento do mês de dezembro e de janeiro em doze meses para demonstrar aos paranaenses que não estamos aqui apenas para salvar os interesses daqueles que atrasaram os impostos.

Espero ter o apoio dos Srs. Deputados porque é importantíssimo. Sempre me posicionei contrário à Refins. Como este já passou eu acredito que seria uma demonstração até de seriedade desta Casa de demonstrar aos bons contribuintes, àqueles que não atrasam, que nós estamos dando uma vantagem e demonstrando que eles devem continuar pagando impostos em dia porque nós estamos atentos. A cada Refins, vamos dar um prêmio aos bons pagadores.

Espero ter o apoio dos Srs. Parlamentares.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, esta emenda do Deputado Rossoni, com todo respeito, não faz parte do acordo.

Portanto, peço aos Deputados que compõem a Base do Governo que votemos contrários a essa emenda, prevalecendo a outra Emenda que está no projeto.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)**

Quero me somar ao grito do Deputado Valdir Rossoni. Realmente a anistia é um “tapa na cara” daquele contribuinte que está em dia. Mas, gostaria de dizer que a anistia só se justifica, para ter um fluxo de dinheiro em caixa.

Em relação a essa emenda que estende o prazo, que aceita o precatório, com todo o respeito que tenho ao meu Líder, posiciono-me e encaminho contrário a ela, porque estaríamos entusiasmando mais o Deputado Valdir Rossoni, àquilo que toda a anistia faz, que é dar um “tapa na cara” daquele contribuinte que honra as suas obrigações em dia, favorecendo o mal pagador, aquele que atrasa e que sabe que costumeiramente vem ano após ano uma anistia. A anistia só se justifica para o ingresso de dinheiro no caixa do governo.

A partir do momento em que dilatarmos o prazo, quanto mais longo for, mais longe do objetivo da anistia estaremos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)**

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovada.**

Será feita a verificação de votação, a pedido do Deputado Nereu Moura.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda do Deputado Valdir Rossoni, queiram levantar-se.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

A favor dos bons pagadores de ICMS do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)**

Nove.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, quero fazer o registro dos Deputados: Plauto, Elio Rush, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Durval Amaral, Arlete Caramês, Valdir. Esses são os Deputados que votaram favorável à minha emenda - nós daríamos um prêmio aos bons pagadores, mas infelizmente fomos derrotados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)**

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Trinta e um Srs. Deputados.

**Está rejeitada a emenda.**

Em votação o projeto.

**Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 782/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 069/2005, dispondo sobre o pagamento de créditos tributários devidos em decorrência da legislação do IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2004, com dispensa de multas e juros, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 788/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros, autorizando o Poder Executivo a reduzir as alíquotas do ICMS na importação de bens e mercadorias. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Requerimento aprovado na Sessão anterior.

Sobre o projeto há um requerimento do Deputado Dobrandino, pedindo a transformação em Comissão Geral. **Aprovado o requerimento.**

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

O que estão fazendo neste momento é transformar todos os projetos em Comissão Geral. Queremos colocar o nosso posicionamento contrário. É o 17º. Vamos nos colocar contra todas as transformações em Comissão Geral, porque ninguém está nem justificando o mérito dos projetos.

A pressa é inimiga da perfeição.

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)**

Votamos hoje o Orçamento em Redação Final. Eu poderia ter colocado a proposição de V. Exa. em votação e não teria votado a Redação Final do Orçamento e nós



ficaríamos aqui até o final do ano. Não teria problema nenhum.

Há uma Emenda Substitutiva devidamente apoiada por 35 Deputados. Solicito ao Deputado Reni Pereira, para fazer o parecer à emenda do Substitutivo-Geral do Projeto de Lei nº 788/2005.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Presidente Hermas Brandão, sei que estou me tornando inconveniente, mas gostaria que V. Exa. entendesse a minha preocupação.

Tenho emenda no item 16, que a Mesa passou batida.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passou. Estão me confirmando agora.

Vamos retornar ao item nº 16, antes da leitura do Parecer.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, nós não votamos a emenda do Deputado Rossoni?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não. Foi uma falha da assessoria da Mesa.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Mas nós rejeitamos uma emenda!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Do item anterior. Do nº 15.

Suspendo a Sessão por três minutos para conversar com os Deputados Valdir Rossoni e Dobrandino da Silva.

#### (Suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Reiniciando os trabalhos, concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, tenho certeza que contarei com a gentileza e compreensão do Líder da Oposição, nobre Deputado Valdir Rossoni. Estamos em final de ano e é a última Sessão com certeza. Ele, cavalheiro como sempre foi, retira essa emenda e nós terminamos, dentro de poucas horas, todo esse processo de votação e com certeza todos nós comemoramos o grande trabalho que a Assembleia Legislativa realizou ao povo do Paraná.

Agradeço, Deputado Valdir Rossoni, em contar com a sua compreensão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, é importante que ressaltemos que se eu radicalizasse na minha emenda, esse projeto teria que voltar para a CCJ e não poderia ser aprovado este ano.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sim.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, espero que essa demonstração da Oposição neste momento sirva de reflexão a muitos Parlamentares que no momento em que estamos encaminhando um projeto contrário aos interesses do Governo, mas no mérito achamos que somos contra a questão do projeto, que muitos Parlamentares respeitem a Oposição, porque em determinados momentos estamos ali encaminhando, o projeto e há Parlamentares que não aceitam a nossa posição.

Então, essa demonstração, os meus colegas de Oposição vão estar neste momento retirando a emenda, dando uma demonstração aos Parlamentares desta Casa que estamos aqui acima dos interesses políticos, estamos aqui no interesse do Estado.

Então, retiro a emenda e cumprimento o Deputado Dobrandino por ter lembrado das festas natalinas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devolvo a V. Exa. sua emenda.

Automaticamente o projeto está aprovado.

Item nº 17: já solicitei ao Deputado Reni Pereira para que faça a leitura e dê o parecer à emenda.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, só para esclarecer a V. Exa. que o Deputado Dobrandino havia, sim, pedido a transformação em Comissão Geral do projeto anterior. Nós estamos aqui com o protocolo, o requerimento devidamente protocolado na Mesa. Portanto, o Deputado Dobrandino não dormiu no ponto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É matéria vencida.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, é aí que nós queremos colocar a nossa posição: jamais alguns Parlamentares aceitam qualquer posicionamento que a bandeirinha de vitória possa ser sinalizada pela Oposição. Por isso que às vezes um pouquinho de compreensão nas questões é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu pediria ao Deputado Nereu que encaminhasse o protocolo, porque o nosso assessor está falando que aqui não há.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Eu vou encaminhar. Mas Sr. Presidente, nós não estamos querendo tirar o brilho do Deputado Rossoni de retirar o seu requerimento, apenas levantando essa questão para a Mesa de que nós protocolamos no tempo hábil o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu quero dizer que jamais, Sr. Presidente, por mais brilhante que seja o Deputado Nereu Moura, vai tirar o brilho da Oposição e das suas atitudes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Item 17º.

Solicito ao Deputado Reni Pereira que faça a leitura do seu relatório sobre a emenda apresentada.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, este projeto foi desmembrado do Projeto nº 703, tendo em vista que a matéria era diversa daquele que objetivava a isenção da cesta-básica. E este projeto, de autoria do Deputado Durval Amaral e demais membros da CCJ, surgiu de uma necessidade regimental. E agora sofre uma Emenda Substitutiva Geral que diz o seguinte: (**Lê**):

**“SUBSTITUTIVO GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 788/2005**

Art. 1º O estabelecimento industrial paranaense que realizar a importação, de bem ou mercadoria, através de aeroportos e dos portos de Paranaguá e Antonina, com desembaraço aduaneiro no Estado, poderá beneficiar-se com a suspensão do pagamento do ICMS devido nessa operação:

I - quando tenha por objeto matéria-prima, material intermediário ou secundário, inclusive material de embalagem, para ser utilizado em seu processo produtivo, para a saída dos produtos industrializados do estabelecimento importador;

II - quando tenha por objeto bens para integrar o seu ativo permanente, para os quarenta e oito meses subsequentes ao da entrada dos bens no estabelecimento importador, na proporção de 1/48 (um e quarenta e oito avos) do valor devido ao mês;

III - quando tenha por objeto bens de uso e consumo do estabelecimento, mediante lançamento do débito em conta gráfica no mês do ingresso desses bens no estabelecimento importador.

Art. 2º O estabelecimento que realizar a importação dos bens e das mercadorias descritos nos incisos I e II do artigo anterior poderá escriturar em sua conta gráfica, no período em que ocorrer a entrada das mercadorias no estabelecimento, um crédito correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto devido na importação, até o limite máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor da respectiva base de cálculo, e que resulte em carga tributária mínima de 3% (três por cento).

Art. 3º O estabelecimento que realizar a importação dos bens referidos no inciso II do artigo 1º poderá escriturar durante quarenta e oito meses a contar da

entrada dos bens no estabelecimento importador o crédito do imposto devido na operação na proporção de 1/48 (um e quarenta e oito avos) ao mês.

Art. 4º Os créditos de que tratam os artigos 2º, decorrentes da importação dos insumos relacionados no inciso I do artigo 1º, e 3º não serão estornados nos casos em que a operação que corresponda à do encerramento da fase de suspensão esteja imune ao imposto em razão de exportação para o exterior, isenta por saída para as Zonas Francas do país, ou sujeita ao regime de diferimento do pagamento do imposto.

Art. 5º Os estabelecimentos comerciais e demais estabelecimentos de contribuintes do imposto deverão pagar o imposto devido pela importação por ocasião do desembaraço aduaneiro das mercadorias ou bens importados.

Art. 6º Os estabelecimentos relacionados no artigo anterior poderão utilizar, por ocasião do pagamento, um crédito correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto devido na importação, até o limite máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor da respectiva base de cálculo, e que resulte em carga tributária mínima de 3% (três por cento).

Art. 7º O crédito presumido de que trata esta lei não se aplica às importações de petróleo, combustíveis e lubrificantes de qualquer natureza, veículos automotores, armas e munições, perfumes e cosméticos e nem aos serviços de transporte e de comunicação.

Art. 8º Em nenhuma circunstância o valor do crédito fiscal em decorrência de importação de bens ou de mercadorias poderá exceder o valor do imposto incidente nessa operação.

Art. 9º O imposto devido nas operações com mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, em que o importador tenha sido eleito o contribuinte substituto das etapas posteriores de circulação das mercadorias, poderá ser exigido no momento do desembaraço aduaneiro das mercadorias.

Art. 10. Consideram-se bens de uso e consumo para os efeitos desta lei e da legislação do ICMS os que não participam direta ou indiretamente do processo de produção, na comercialização de mercadorias e na prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 11. O Poder Executivo, através de Decreto, poderá:

I - deixar de conceder o crédito presumido desta lei nos casos em que o benefício à importação venha causar

prejuízo à indústria, à agricultura ou à economia do Estado, em que possa causar grave dano à arrecadação tributária ou em que haja revogação de benefícios semelhantes concedidos pelos demais Estados da Federação.

II - conceder outros benefícios no âmbito do imposto como forma de compensar as empresas estabelecidas no Estado pela concorrência desleal provocada por favores concedidos à importação de mercadorias e bens por outras Unidades da Federação.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator"

Sr. Presidente, essa Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 788 visa dar segurança jurídica de lei a um decreto já em vigor, concedendo tratamento tributário diferenciado às importações pelos portos de Antonina e Paranaguá, tentando assegurar competitividade aos empresários paranaenses em razão de benefícios em outros Estados.

Portanto a Emenda Substitutiva é constitucional e legal e nós somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o parecer do Deputado Reni Pereira. **Aprovado.**

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 025/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprovando o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de novembro e dezembro de 2005. Resolução nº 003/2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### 1ª Discussão

#### ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/2005, alterando dispositivos da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, a fim de proporcionar condições organizacionais e administrativas no sentido de que a Suderhsa exerça funcionalmente as atribuições a ela cometidas pelo Decreto nº 1.651, de 04 de agosto de 2003. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 055/2005, de 06/06/2005, em Mensagens, pág. 03).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 343/2005

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 343/2005, de autoria do Poder Executivo, objetiva, em síntese, alterar dispositivos da Lei nº 12.726/1999 a fim de proporcionar condições organizacionais e administrativas no sentido de que a Suderhsa exerça funcionalmente as atribuições a ela cometidas pelo Decreto nº 1.651, de 04 de agosto de 2003.

Em análise prévia sobre o projeto em questão não foi constatada qualquer disposição que afronte a Constituição Federal nem mesmo a Constituição Estadual.

No entanto, por entender que as alterações propostas não atendam de forma satisfatória, aos interesses, notadamente daqueles municípios que detêm maior potencial hidráulico, apresenta-se, em anexo, Emenda Substitutiva Geral.

Assim, apresenta-se a emenda para análise desta Comissão, na mesma ocasião que contamos com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente emenda.

Sala das Comissões, em 30.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 343/2005

Art. 1º O inciso V, do artigo 2º da Lei nº 12.726/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

*V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial de Projeto de planejamento para a implementação da Polícia Estadual de Recursos Hídricos, para a atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e para o Projeto de planejamento do desenvolvimento regional do Estado do Paraná, tendo a disponibilidade hídrica da bacia o caráter disciplinador deste desenvolvimento.*

#### JUSTIFICATIVA:

A implantação do conceito de bacia hidrográfica e a adoção do conceito de disponibilidade hídrica para o projeto de planejamento do desenvolvimento regional nos fundamentos desta Política Estadual traduzem-se em princípios para as Diretrizes Gerais de Ação estabelecida no Artigo 4º da Lei nº 12.726/99.

Art. 2º O inciso II, do artigo 2º da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

*II - a água é um patrimônio natural limitado dotado de valor econômico, social e ambiental. - Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.*

Art. 3º O parágrafo 2º, do artigo 22, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º *O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) terá como gestora a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, na qualidade de órgãos executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) e como agente financeiro instituição financeira oficial, incumbindo-se a Secretaria de Estado da Fazenda da supervisão financeira de ambos, e incumbindo-se o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) de realizar o controle social sobre a aplicação dos recursos*. Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

Art. 4º Artigo 3º Fica revogado o parágrafo 3º, do artigo 22, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999.

Art. 5º O parágrafo 4º e as suas alíneas “a” e “b” do artigo 22 da Lei nº 12.726/99 passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º *Os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos e inscritos como receita do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) serão aplicados obrigatoriamente na bacia hidrográfica em que foram gerados, à exceção de proposição expressamente aprovada pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica naquilo que exceder a 80% (oitenta por cento) da arrecadação, sendo os valores arrecadados utilizados para:*

JUSTIFICATIVA:

A condição “*aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados, respeitado-se o percentual mínimo de 80% (oitenta por cento)*” conforme redação do parágrafo 4º do artigo 22 da lei nº 12.726/99 deixa sem critério a destinação de recursos arrecadados na Bacia Hidrográfica que extrapolem aquele limite de 80%. A nova redação em princípio torna obrigatória a aplicação na própria bacia da totalidade dos recursos arrecadados, se não houver manifestação em contrário aprovada pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica sobre proposição de destinação diversa daquilo que exceder a 80% do valor arrecadado na bacia.

“a” - *O financiamento de estudos, programas, projetos e obras, incluindo no Plano de Bacia Hidrográfica, bem como, o pagamento de despesas de monitoramento dos corpos de água.* Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

“b” - *O pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Gerencialmente de Recursos Hídricos (SEGRH/PR).* Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

Art. 6º Os incisos I a IV e parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 33 da lei nº 12.726/99 passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - *Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR); órgão deliberativo e normativo central do Sistema.*

II - *Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa: órgão executivo gestor e coordenador do Sistema e das Agências de Bacia Hidrográfica;*

III - *Comitês de Bacia Hidrográfica: órgãos regionais e setoriais deliberativos e normativos de Bacia Hidrográfica no Estado;*

IV - *Agências de Bacia Hidrográfica: órgãos vinculados e descentralizados da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa para exercer a função de secretaria executiva dos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.*

§ 1º *A Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, além de observar a limitação de custos prevista no parágrafo 5º do artigo 22 desta lei, deverá adequar sua estrutura de forma a garantir o projeto de pleno desempenho das funções definidas por esta lei e assegurar a adequada utilização dos recursos utilizados no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR).*

§ 2º *As Agências de Bacia Hidrográfica terão área de atuação na respectiva ou respectivas bacias hidrográficas cujos corpos de água sejam de domínio do Estado do Paraná ou em sub-bacias de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta lei.*

§ 3º *As Agências de Bacia Hidrográfica, integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) somente serão criadas pelo Suderhsa mediante proposta de Comitês de Bacia Hidrográfica e com a aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).*

JUSTIFICATIVA:

Inserir as Agências de Bacia Hidrográfica na composição do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), estabelecendo suas áreas de atuação e critério para criação das mesmas. Para isto também foi considerado o Decreto nº 3.619/2004 que aprovou o Regulamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa.

Obs: Por decorrência da nova redação proposta para o artigo 5º, fica suprimido o artigo 6º proposto no mesmo projeto de lei.

Art. 7º Artigo 7º do Projeto de Lei nº 343/2005 - Suprimido.

Obs. nº 2: Os artigos seguintes são renumerados levando-se em conta a supressão dos artigos 6º e 7º originais.

Art. 7º O *caput* do artigo 37 da Lei nº 12.726/99 passa a vigorar com a seguinte redação, inserindo-se parágrafos 1º e 2º.

“Art. 37. A *Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa*, atuando de forma descentralizada por meio das *Agências de Bacia Hidrográfica*, prestará apoio aos *Comitês de Bacia Hidrográfica* e responderá pelo projeto de planejamento e formulação do respectivo projeto de plano de Bacia Hidrográfica, em consonância com os demais órgãos do Governo Estadual.

§ 1º A Suderhsa, por regulamento próprio, delegará às *Agências de Bacia Hidrográfica* as atribuições pertinentes à função de secretaria executiva dos *Comitês de Bacias Hidrográficas*, dentre aquelas enumeradas no artigo 39 desta lei.

§ 2º As *Agências de Bacia Hidrográfica*, para efeito dos estudos e propostas pertinentes à gestão dos recursos hídricos no seu âmbito de atuação e de acordo com o parágrafo 1º acima, contarão com a participação das *Organizações Cívicas de Recursos Hídricos* conforme artigo 43 desta lei.

JUSTIFICATIVA:

É necessário clarear as atribuições das *Agências de Bacia Hidrográfica* em função daquelas que passam a ser atribuídas à Suderhsa no Projeto de Lei nº 343/2005 e que anteriormente eram pertinentes às Unidades Executivas Descentralizadas - UED's (em suas modalidades), considerando inclusive o Decreto nº 3.619/2004 que aprova o regulamento da Suderhsa. Também é pertinente resgatar a participação das *Organizações Cívicas de Recursos Hídricos* no Sistema, estabelecendo de que forma participam em função do artigo 43 da Lei nº 12.726/99 e na instância executiva dos Planos de Bacia Hidrográfica de competência das *Agências de Bacia* (e não só na instância deliberativa e normativa dos *Comitês de Bacia*), haja vista que o artigo 2º, inciso VI da Lei nº 12.726/99 estabelece um dos fundamentos da “Política Estadual de Recursos Hídricos” a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. E por participação na Gestão dos Recursos Hídricos entende-se a participação nas três instâncias - Conselho Estadual, *Comitês de Bacia* e *Agência de Bacia*.

Art. 8º Fica revogado o parágrafo único, do artigo 37, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

Art. 9º O inciso XI do artigo 38 da Lei nº 12.726/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“XI - Reconhecer consórcios ou associações intermunicipais de Bacias Hidrográficas e associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos, assim como as organizações técnicas para fins de participação na gestão de recursos hídricos, conforme artigo 43 desta lei.”

JUSTIFICATIVA:

Atribuir ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos o reconhecimento das Organizações Cívicas de Recursos Hídricos para efeito do artigo 43 da Lei nº 12.726/99.

Art. 10. O *caput* do artigo 39, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. A *Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa*, na condição de órgão executivo gestor, coordenador e de *Agência de Bacia Hidrográfica do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR)* compete.” Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

Art. 11. Os incisos VII, VIII e IX, do artigo 39, da Lei nº 12.726, de novembro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescidos os seguintes parágrafos:

VII - Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

VIII - Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

IX - Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

§ 1º Para efeito do que estabelece o inciso I do artigo 39 desta lei, a Suderhsa deverá elaborar as diretrizes para a formulação do Plano Estadual de Recursos Hídricos conforme o artigo 7º desta lei, advindo disto as diretrizes gerais e orientações programáticas para o subsídio à elaboração de planos de Bacia Hidrográfica no âmbito do território paranaense de acordo com os artigos 8º e 9º desta lei.

§ 2º A Suderhsa deverá articular o Plano Estadual de Recursos Hídricos com as diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos, buscando, no que concerne aos Recursos Hídricos, a inserção estratégica do Estado do Paraná em suas relações com os Estados vizinhos e no contexto do País e do Mercosul.

Art. 12. Ficam acrescidos ao artigo 39, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, os incisos XI a XXI, com a seguinte redação:

XI - exercer a secretaria executiva dos respectivos *Comitês de Bacia Hidrográfica*;

XII - elaborar Planos de Bacia Hidrográfica para apreciação dos respectivos *Comitês de Bacia Hidrográfica*;

XIII - promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos;

XIV - analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso da água e encaminhá-la à instituição

financeira responsável pela administração desses recursos;

XV - acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

XVI - propor aos Comitês de Bacia Hidrográficas:

a) os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos;

b) o plano de aplicação dos recursos disponíveis, com destaque para os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

c) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

d) a divisão dos cursos de água em trechos de rio e o cálculo da vazão outorgável em cada trecho;

e) a probabilidade associada à vazão outorgável em cada trecho de curso de água;

f) o enquadramento dos corpos d'água nas respectivas classes de uso;

XVII - zelar pelo cumprimento desta lei, de seus regulamentos e das normas deles decorrentes;

XVIII - prestar apoio administrativo, técnico e financeiro necessário aos bom funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

XIX - tornar público os objetivos e resultados de sua atuação;

XX - celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências; e

XXI - apresentar ao CERH/PR anualmente um relatório de aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e os respectivos resultados, bem como o orçamento de aplicação dos para o exercício fiscal seguinte." Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

Art. 13. O inciso VI, do artigo 40, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

VI - propor a Suderhsa os represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes; Redação do Projeto de Lei nº 343/2005

Art. 14. Ficam revogados os artigos 41, 42, 44 e 45, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999. Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

Art. 15. O parágrafo único do Art. 43 da Lei nº 12.726/99 passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. Para integrar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) os consórcios, associações e as organizações mencionadas neste artigo deverão ser legalmente constituídos, observada a legislação aplicável em vigor, e manifestar-se perante o Conselho Estadual de Recursos Hídricos para obterem a sua aprovação formal.

#### JUSTIFICATIVA:

Complementar o critério de participação das Organizações Cíveis de Recursos Hídricos no Sistema, tornando formal o reconhecimento da sua condição.

Art. 16. O caput do artigo 50, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 50. Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta lei, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator ficará sujeito às seguintes penalidades cumulativas ou não, independentemente de sua ordem de enumeração. Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

Art. 17. O inciso II, do artigo 50, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

II - multa, simples ou diária, proporcional à gravidade do dano hídrico, da localização e porte do empreendimento, cujo valor oscilará entre 20 (vinte) a 20.000 (vinte mil) vezes o valor nominal da Unidade de Padrão. Fiscal do Paraná (UPF/PR), ou outro índice que venha a substituí-la, instituído pelo Poder Executivo Estadual; Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

Art. 18. A alínea "c", do parágrafo 4º, do artigo 50, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

c) a gravidade da infração - Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

Art. 19. Artigo 19. O caput do artigo 57, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 57. A expedição de licenciamento ambiental, a ser concedido pelo Instituto Ambiental do Paraná, para fins de implantação de empreendimento econômico em áreas de mananciais e nascentes, bem como de preservação permanente nos rios do Estado do Paraná, deverá estar em consonância com os respectivos Planos de Bacia Hidrográfica - Redação do Projeto de Lei nº 343/2005.

Art. 20. Fica acrescido no Capítulo XIII - Disposições Gerais e Transitórias da Lei nº 12.726/99 o seguinte dispositivo:

Art. 60. O Poder Executivo Estadual, mediante decreto, expedirá instruções de caráter operacional visando a compatibilização e a articulação entre o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) de que trata esta lei, o Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA) instituído pela Lei nº 12.945/00 e os recursos

*oriundos do ICMS Ecológico de que trata a Lei Complementar nº 59 de 01 de outubro de 1991, objetivando incrementar recursos e priorizar a sua aplicação em preservação e recuperação de mananciais de água para abastecimento público, em função da similaridade de alocação de tais recursos.*

**JUSTIFICATIVA:**

Os citados dois Fundos Estaduais e o disposto na Lei Complementar nº 59 de 01 de outubro de 1991 propõem-se a destinar recursos para a mesma finalidade, qual seja a proteção e recuperação de Bacias Hidrográficas, notadamente as destinadas a abastecimento público de água. O artigo 56, da Lei nº 12.726/99 já propõe esta compatibilização e articulação relativamente ao Fundo de Proteção Ambiental (FPA/RMC) de que trata a Lei nº 12.248/98. Considera-se ainda que conforme o artigo 4º da Lei nº 12.726/99 as Diretrizes Gerais de ação para a implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos; “A integração da Gestão de Recursos Hídricos com a gestão ambiental” inciso III e a “articulação da gestão dos recursos hídricos com a do uso do solo e controle de cheias” inciso V.

Art. 21. Fica acrescido no Capítulo XIII - Disposições Gerais e Transitórias da Lei nº 12.726/99 o seguinte dispositivo:

*Art. 61. O Poder Executivo Estadual, mediante decreto, expedirá instruções complementares visando contemplar de maneira diferenciada, prioritária e compensatória a participação nos recursos do Fundo Estadual de recursos Hídricos (FRHI/PR) daqueles municípios que detêm áreas do seu território submetidas a critérios de preservação de mananciais de abastecimento em conformidade com a Lei Complementar nº 59 de 01 de outubro de 1991.*

*§ 1º Para beneficiarem-se do caput deste artigo os municípios devem habilitar-se a participar da gestão de recursos hídricos conforme o estabelecido no inciso I do artigo 43 desta lei.*

*§ 2º A participação nos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) a que alude o caput deste artigo deve atender às finalidades de utilização de tais recursos conforme estabelecido nas alíneas “a” e “b” do parágrafo 4º do artigo 22 desta lei.*

*§ 3º Considerando o disposto no caput deste artigo, a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, em conjunto com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP e com a cooperação dos órgãos e entidades estaduais responsáveis, promoverá estudos para incrementar, compatibilizar e articular a destinação e a aplicação de recursos conforme artigo 60 desta lei, revisando e atualizando os critérios técnicos de alocação de recursos a qual alude o artigo 5º da Lei Complementar nº 59 de 01 de outubro de 1991.*

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando que o uso prioritário dos recursos hídricos é para o consumo humano, principalmente em situação de escassez (conforme inclusive artigo 2º da Lei nº 12.726/99), aliado às restrições de desenvolvimento a que estão submetidos municípios que têm seu território abrangido por áreas de bacias hidrográficas destinadas ao abastecimento público de água, é justo também que a aplicação de recursos do FRHI/PR nestas bacias seja priorizada atendendo necessidades daqueles municípios.

Art. 22. Fica acrescido no Capítulo XIII - Disposições Gerais e Transitórias da Lei nº 12.726/99 o seguinte dispositivo:

*Art. 62. Às Organizações Cíveis de Recursos Hídricos habilitadas a participar da gestão de recursos hídricos de acordo com o artigo 43 desta lei, é assegurada a participação nos estudos e elaboração de proposta a serem levadas a efeitos pelas Agências de Bacias Hidrográficas em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 37 desta lei.*

Art. 23. Os artigos 60, 61 e 62 do Capítulo XIV - Disposições Finais da Lei nº 12.726/99, passam a vigorar com os números 63, 64 e 65 respectivamente.

Art. 24. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 4143, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante de expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. **Aprovado.**

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 343/2005.

**ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 598/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/2005, objetivando a criação de uma entidade autárquica a denominar-se “Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA”. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 103/2005, de 27/09/2005, em Mensagens, pág. 03).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 598/2005

P A R E C E R :

**Relatório**

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, visa criar a entidade autárquica denominada Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA.

Na justificação, o autor ressalta que “o CPRA, criado pelo Decreto nº 3.122, de 09 de julho de 2004, alterado pelo Decreto nº 5.261, de 17 de agosto de 2005, foi originalmente constituído por um Comitê Gestor formado por representantes das seguintes instituições parceiras: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - Seab, do Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar, da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, da Secretaria de Estado da Saúde - Sesa, da Secretaria de Estado da Educação - Seed, da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar e da Universidade Federal do Paraná - UFPR. A esse Comitê Gestor coube a missão de discutir as diretrizes e metas do CPRA. Todavia, após quase dois anos de atuação reconhece-se a existência de condições operacionais decorrentes da inexistência de maior autonomia administrativa necessária ao desenvolvimento das atividades agroecológicas, tendo em vista o relativo conflito decisório decorrente da existência de vários administradores com diferentes metodologias de trabalho, o que impossibilita o adequado planejamento para a referida área física.

Em outro aspecto, o CPRA por não constituir-se em uma entidade com personalidade jurídica que lhe propicie autonomia funcional e orçamentária próprias, tem encontrado dificuldades no desenvolvimento dos projetos a serem executados, resultando na falta de credibilidade para o estabelecimento do seu próprio rumo e, assim, posicionar-se em igualdade perante outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que surgem como potenciais parceiras.” (sic)

Diz ainda, que “a criação da autarquia caracterizará um avanço importante ao Estado para, em futuro próximo, oferecer às comunidades agroecológicas mundiais as bases para a criação de um Centro Internacional de Agroecologia, para o intercâmbio técnico de conhecimento com outros vinte e dois centros internacionais voltados à agricultura ecológica.” (sic)

É o relatório.

#### **Voto do Relator**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto à técnica legislativa, há de se suprimir o artigo 16 do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1988, (art. 9º) a cláusula de revogação poderia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 16 do projeto de lei em análise.

#### **Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda supressiva.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
HERMES FONSECA - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 598/2005**

Art. 1º Suprime o artigo 16º do Projeto de Lei nº 598/2005.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
HERMES FONSECA - Relator

#### **ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 704/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 060/2005, concedendo isenção de ICMS incidente sobre a parcela da subvenção da tarifa de energia elétrica aos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 733/2005. (Publ. no DA nº 128/2005, de 21/11/2005, em Mensagem, pág. 03).

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 704/2005**

**P A R E C E R :**

#### **Histórico**

O Projeto de Lei nº 704/2005, de autoria do Poder Executivo, concede a isenção de ICMS incidente sobre a energia elétrica, bem como a remissão e anistia ao imposto incidente sobre a parcela da subvenção da tarifa de energia elétrica.

#### **Fundamentação**

O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional, tratando-se de uma adequação do Estado do Paraná às Leis Federais 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a oferta de energia elétrica e sobre a universalização do serviço público de energia elétrica a Lei nº 10.604, de 16 de dezembro de 2002, que dispõe sobre recursos para subvenção a consumidores de energia elétrica da Subclasse Baixa Renda, dá nova redação aos artigos 27 e 28 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Como bem explicado na Mensagem 60/2005, a qual reproduzimos:

A Lei Federal nº 10.438/2002, o Decreto 4336/2002 e as Resoluções Anel, 286/2002 e n 485/2002, padronizaram os critérios de enquadramento dos consumidores que gozam de benefícios tarifários concedidos



*àqueles enquadrados na subclasse residencial denominada - baixa renda”.*

*A aplicação destes critérios resultou em considerável redução e receita para as empresas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, implicando em desequilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos de concessão. Visando restabelecer o equilíbrio destes contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica, foram editados a Lei nº 10.604/2002 e o Decreto nº 4538/2002, que passaram a estabelecer a metodologia de apuração do valor a ser subvencionado pelo Poder Concedente.*

*Com as Resoluções nº 14 e nº 116, ambas de 2003, a Aneel, definiu o processo de quantificação dos valores a serem recebidos pelas concessionárias para a recomposição da equação econômico-financeira dos contratos de concessão.*

*A citada legislação determinou o repasse às empresas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, pela Eletrobras, dos recursos advindos da Reserva Geral de Reversão - RGR, em montante correspondente às perdas de receitas, subvencionando o consumidor brasileiro, que passou a ter benefício tarifário. Este fato foi comunicado pelas concessionárias da Resolução Aneel, 485/2005.*

*A manutenção da exigência do imposto repercutirá negativamente à concessionária paranaense, pois esta não tem como repassar ao consumidor o tributo exigido, e caso ocorra este repasse, representará significativo aumento no valor da energia elétrica fornecida.*

*Levantamentos preliminares efetuados pela Copel Distribuidora S/A apontam para um universo de cerca de 450 mil famílias a serem diretamente afetadas por um aumento, da ordem de 11,66% a 60,29% recaindo a incidência maior justamente nas classes com menor consumo.*

*Tal situação se apresenta contrária à política social desenvolvida por este Estado, razão pela qual a presente proposição merece ser aprovada.*

Com efeito, como muito bem explicitado na Mensagem, o Poder Executivo quer preservar sua política social e para que esta política fosse mantida sem gerar perda de receita para a concessionária de energia elétrica estadual ou aumento significativo do valor da energia fornecida, optou o Estado por conceder a isenção do ICMS incidente sobre a parcela de subvenção de tarifa de energia elétrica, conforme critérios de enquadramento dos consumidores na “subclasse residencial baixa renda” prevista nas Resoluções 246, de 30 de abril de 2002 e 485, de 29 de agosto de 2002, da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Na prática, não haverá impacto orçamentário algum, vez que o Estado, desta forma, está preservando a receita da concessionária estadual de energia elétrica sem alterar os cofres públicos, bem como está isentando o ICMS apenas e tão somente sobre a parcela da subvenção

da tarifa, ou seja, sobre aquele valor que antes era subsidiado pelo Governo à população.

Assim, levando-se em consideração estes fatos, não há qualquer óbice com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal porque na conta de energia não se destaca mais o ICMS, economizando para os cofres estaduais a parcela do ICMS que era devida aos municípios. O que, no caso em tela, se justifica, tendo em vista que é uma ação de inclusão social que atende aos cidadãos paranaenses e que encontra pleno amparo constitucional, vez que a política implantada visa preservar a dignidade da pessoa humana e os valores sociais protegidos pela Constituição Federal.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 06.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Em votação.

### **O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Para Discutir)**

Sr. Presidente, nós fizemos alguns questionamentos a respeito desse projeto. Na oportunidade, questionamos na Comissão de Constituição e Justiça, ao Deputado Bradock. O Deputado Bradock fez um requerimento à Copel e a Copel até o presente momento, segundo o Deputado Bradock não deu resposta.

Mas, gostaria, Sr. Presidente, de fazer essas colocações em plenário. Trata-se da compensação financeira procedida pela Aneel. (Lê):

### **“REQUERIMENTO**

Sr. Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. Governador do Estado e ao Presidente da Copel, informar a este Poder Legislativo sobre compensação financeira procedida pela Aneel às concessionárias fornecedoras de energia elétrica com tarifa desonerada ou reduzida, aos consumidores de baixa renda, conforme segue:

1. Considerando que no site da Aneel constam como anuladas as Resoluções nºs 41 e 116/2003, referidas na mensagem que encaminhou anteprojeto de lei propondo isenção do pagamento do ICMS devido pela Copel em decorrência do fornecimento de energia elétricas aos consumidores de baixa renda, pergunta-se: tais resoluções, que definem o processo de quantificação dos valores para compensação das perdas das concessionárias foram substituídas por outros instrumentos normativos?

2. O fornecimento de energia gratuita - Programa Luz Fraterna - é subvencionado ou, em outras palavras, perdas são compensadas pelo Governo do Estado ou pela União, com os recursos previstos no parágrafo 1º do artigo 5º da Lei Federal 10.604/2002?

3. Qual a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, de que trata o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, relativo à isenção do pagamento do ICMS que o Governo pretende conceder à Copel?

4. A compensação referida, se proveniente da União, alcança a parcela referente ao ICMS que a Copel deve pagar ao Estado como contribuinte deste imposto?

5. Em caso positivo, e sendo concedida a isenção pretendida conforme mensagem encaminhada a esta Casa, a Copel vai continuar recebendo a compensação financeira integral da União?

Sala das Sessões, em 07.12.2005.”

São questionamentos que fazemos da maior importância e que precisam ser respondidos antes da votação desse projeto. Faria até um apelo para que ele fosse retirado de pauta. E essas questões todas fossem respondidas. Entendemos nós que a compensação aí é dupla.

Até gostaria de ouvir o Deputado Bradock que pediu essas informações à Copel e com certeza não obteve resposta até o presente instante.

**O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (Para Encaminhar)**

Nobre Deputado Luiz Carlos Martins: acabei de receber as informações que V. Exa. solicitou. Posso relatá-las? O projeto é favorável, as razões técnicas enviadas pela Copel são favoráveis ao projeto. Não há a dupla compensação.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)**

Então o site da Aneel precisa ser atualizado.

**O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)**

Posso ler para o senhor, chegou agora, os técnicos trouxeram agora. Mas se V. Exa. fizer questão...

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)**

Sei da boa vontade do Deputado Bradock. mas continuo entendendo que é preciso um estudo, uma reflexão mais profunda sobre esse projeto.

**O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)**

Acho que vai ser de extrema utilidade para os consumidores.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)**

Disso não tenho dúvida. O Programa Luz Fraterna é da maior importância e da maior qualidade.

**O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)**

Se o senhor tiver a compreensão, depois poderá entrar com alguma emenda ao projeto. Se o senhor qui-

ser, relato agora! É Constitucional. Acho que V. Exa. poderia abrir mão.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)**

E me abster de votar. Está em primeira votação? Concordo.

**O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)**

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Encerrada a discussão. Em votação.

**Aprovado.**

### **Requerimentos**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 4137 a 4140, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4142, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4144, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4145, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira e da Sra. Deputada Cida Borghetti, com apoio do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4146 a 4154, de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 703/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 598 e 704/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 772 e 788/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 070 e 071/2005.

Levanta-se a Sessão.